

DA APLICAÇÃO DO ARTIGO 118, DA LEI Nº. 8.213/91

*Décio Sebastião Daidone**

Juiz Togado do TRT da 2ª. Região

Ementa:

*Estabilidade - Aplicação do Artigo 118 da Lei nº. 8.213/91: So-
mente possuem estabilidade, os acidentados que ultrapassam a fase
de auxílio-doença e passam a gozar de auxílio-acidente, que é devi-
do após a consolidação das lesões decorrentes, resultando seqüela
que implique, de uma forma genérica, redução da capacidade labo-
rativa, como dispõe o artigo 86, da Lei nº. 8.213/91, em seus incisos
e parágrafos.*

Para a aplicação de preceito legal, tal como deve acontecer diante
de uma antinomia aparente, impõe-se ao intérprete, tentar demons-
trar, à exaustão, a eficácia plena da norma, justificando-a ou mesmo
encontrando o nexo causal, que muitas vezes se encontra oculto,

* Especial cortesia do jurista e grande colaborador, Doutor Décio Sebastião Daidone.

como ocorre com o artigo 118, da Lei nº. 8.213/91, para que possa lhe dar o seu verdadeiro sentido ou razão de vigência, no enquadramento ao caso concreto que se apresenta. Não é apenas tornar claro, mas revelar o sentido apropriado que muitas vezes o legislador pretendeu dar, buscando a harmonização em outras normas ou na própria lei em questão.

Diz o referido artigo que:

O segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente.

O que se discute, é se qualquer empregado acidentado, reabilitado, ao reassumir suas funções na empresa, goza de estabilidade no emprego por doze meses, conforme deixa transparecer a citada norma.

Com efeito, somente possuem essa garantia, os acidentados que ultrapassam a fase de auxílio-doença e passam a gozar de auxílio-acidente, que é devido após a consolidação das lesões decorrentes, resultando seqüela que implique, de uma forma genérica, redução da capacidade laborativa, como dispõe o artigo 86, da Lei nº. 8.213/91, em seus incisos e parágrafos:

Artigo 86. O auxílio-acidente será concedido ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes do acidente do trabalho, resultar seqüela que implique:

I - redução da capacidade laborativa que ...

II - redução da capacidade laborativa que ...

III - redução da capacidade laborativa ...

§ 1º. O auxílio-acidente, mensal e vitalício, corresponderá...

§ 2º. O auxílio-acidente, será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado.

§ 3º. *O recebimento de salário ou concessão de outro benefício não prejudicará a continuidade do recebimento do auxílio-acidente.*

(...)

Portanto, nesse período de adaptação em que o contrato de trabalho não está mais suspenso, como ocorre no período de auxílio-doença, quando, por lei, o acidentado deve ser considerado pela empresa como *licenciado* (artigo 63, Lei nº. 8.213/91), o reabilitando passa a gozar de 12 (doze) meses de garantia no emprego, não podendo ser dispensado. O contrato de trabalho estará em pleno vigor e não seria justo e até humano, ao acidentado, seus eventuais dependentes ou mesmo à sociedade, estar sujeito, desde logo, a ser dispensado injustificadamente do emprego e restar sem condições de ser admitido em outro.

Referida lei procura dar garantias ao acidentado que se reabilitou, mas que continua com alguma seqüela e por essa razão é que relaciona as diversas *reduções da capacidade laborativa*, nos incisos I a III; tanto é assim que, no § 1º., estabelece que o auxílio-acidente é *vitalício*, ou seja, por todo o período em que continuar trabalhando, até aposentadoria, na empresa em que sofreu o acidente ou em outra.

Essa é a razão pela qual o legislador acrescentou *in fine* do *caput* do citado artigo 118, a expressão *independentemente de percepção de auxílio-acidente*, ou seja, independente de estar o acidentado percebendo da previdência auxílio-acidente e por estar de volta ao trabalho, quando deverá ser readaptado eventualmente à sua antiga ou em outra nova função, deve gozar daquela garantia, como previsto no § 3º. do artigo 86 (...ou concessão de outro benefício...).

Ao que sofrer acidente do trabalho e permanecer afastado do emprego em auxílio-doença, até completo restabelecimento, podendo voltar ao desempenho de suas funções, sem qualquer redução laborativa, não merecerá a percepção de auxílio-acidente e, conseqüentemente, a garantia de emprego por determinado período, pois se dispensado, ao contrário do que aconteceria com o primeiro, não teria qualquer dificuldade, além das normais, para a obtenção de novo emprego, o que certamente não ocorreria com o portador de seqüelas por acidente do trabalho que reduzem a capacidade laborativa.

Tanto é assim, que os artigos 59, 60 e 62, da Lei nº. 8.213/91, que dispõem sobre o auxílio-doença, ditam que será devido ao segurado que ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, a contar da data do início da incapacidade e enquanto ele permanecer incapaz e até sua habilitação para nova atividade ou aposentadoria por invalidez.

Com relação ao auxílio-acidente, o eminente doutrinador e não menos eminente Juiz do Trabalho que foi, Odonel Urbano Gonçalves, em seu livro *Manual de Direito Previdenciário* (Editora Atlas, 1993, p. 148) expõe que:

O auxílio-acidente é decorrente da redução da capacidade laborativa do trabalhador. A recuperação da capacidade de trabalho nesta situação, após consolidadas as lesões sofridas no acidente do trabalho, é parcial. Incorre incapacidade total (que daria ensejo ao recebimento de outro benefício: a aposentadoria por invalidez). Ocorre, isto sim, incapacidade relativa para o trabalho, como seqüela do acidente sofrido.

(...)

O auxílio-acidente é um benefício de trato sucessivo, mensal e vitalício. Portanto, o trabalhador pode retornar a outra atividade, onde receberá os salários correspondentes. Paralelamente a esses salários, pagos por quem de direito, perceberá da Previdência Social (INSS), mensalmente, o valor relativo ao benefício auxílio-acidente. Mesmo porque, como expressamente disposto na Lei, *recebimento do salário ou concessão de outro benefício não prejudicará a continuidade do recebimento do auxílio-acidente*"(Lei 8.213/91, artigo 86, § 3º.).

Logo após o acidente do trabalho, o trabalhador, em geral, passa a perceber o benefício *auxílio-doença* (há, nesta altura, incapacidade total/temporária para o trabalho). Consolidadas as lesões, ou seja, recuperada a saúde, cessa a *incapacidade total*. Como corolário extingue-se o direito ao *auxílio-doença*. Todavia, constatada seqüela resultante do acidente, que impede o trabalhador de retornar às mesmas funções que exercia até o evento (acidente), ou, então, que esse retorno é possível com maior esforço, emerge a seu favor o direito ao benefício denominado auxílio-acidente."

E somente nesta fase, como salientamos anteriormente, é que o empregado passa a gozar de garantia de emprego por doze meses, *independentemente de percepção de auxílio-acidente*, que continuará a ser pago pela Previdência Social.

Se assim não fosse, não disporia a lei em questão, no mesmo artigo discutido, em seu parágrafo único, que:

“O segurado reabilitado poderá ter remuneração menor do que a da época do acidente, desde que compensada pelo valor do auxílio-acidente, referido no § 1º. do artigo 86 desta lei.”

Assim sendo, o reabilitado volta ao emprego e durante o período de adaptação com garantia de emprego, pode ter seu salário diminuído, compensando-se com o valor que passa a receber do auxílio-acidente, procurando minorizar o esforço que deverá despende o empregado nesse mister.

Carlos Maximiliano, em sua magnífica obra *Hermenêutica e Aplicação do Direito* (Forense, 1984, pp. 166/167) ensina:

“Deve o Direito ser interpretado inteligentemente: não de modo que a ordem legal envolva um *absurdo*, prescreva inconveniências, vá ter a conclusões inconsistentes ou impossíveis. Também se prefere a exegese de que resulte eficiente a providência legal ou válido o ato, à que torne aquela sem efeito, inócua, ou este, juridicamente nulo.

(...)

Portanto, a exegese há de ser de tal modo conduzida que explique o texto como não contendo superfluidades, e não resulte um sentido contraditório com o fim colimado ou caráter do autor, nem conducente a *conclusão física ou moralmente impossível*.”

Desde que a interpretação pelos processos tradicionais conduz a injustiça flagrante, incoerências do legislador, contradição consigo mesmo, impossibilidades ou absurdos, deve-se presumir que foram usadas expressões impróprias, inadequadas, e buscar um sentido equitativo, lógico e acorde com o sentir geral e o bem presente e futuro da comunidade.

O intérprete não traduz em clara linguagem só o que o autor disse explícita e conscientemente; esforça-se por entender mais e melhor

do que aquilo que se acha expresso, o que o autor inconscientemente estabeleceu, ou é de presumir ter querido instituir ou regular, e não haver feito nos devidos termos, por inadvertência, lapso, excessivo amor à concisão, impropriedade de vocábulos, conhecimento imperfeito de um instituto recente, ou por outro motivo semelhante.

Com certeza, não pretendeu o legislador onerar ainda mais as empresas, com a obrigação de conceder garantia de emprego a empregados acidentados, que se restabeleceram completamente, sem qualquer seqüela; ou mesmo, instituir indefinidamente uma estabilidade, que a própria Constituição Federal não logrou fazê-lo, através de uma série de acidentes insignificantes causados intencionalmente pelos trabalhadores, sem qualquer consequência à integridade física, mas apenas para obter, em decorrência, mais e mais períodos de garantia no emprego.

Eis, portanto, interpretação plausível e consentânea com as normas e princípios do Direito do Trabalho, para aplicação justa e razoável do artigo em questão, afastando inclusive, sua aparente inconstitucionalidade.